

Carta Eletrônica de Conjuntura Econômica

Ano 2, Número 22, novembro de 2005.

Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas - CEPE

cepe@unisc.br

.....EDITORIAL

Estamos chegando ao final de 2004, já em contagem regressiva para as festas de final de ano e a entrada de 2005. Aliás, contagem regressiva também para a reunião do COPOM na próxima semana e que deve culminar com novo aumento da taxa de juros. Concorrem para isto o cenário internacional ainda não resolvido no Oriente Médio e agora com mais um ponto de interrogação a respeito do futuro da região com o falecimento de Yasser Arafat. Se a geopolítica da região já estava indefinida, fica agora ainda mais. Lógico que este cenário deve sancionar como patamar mínimo US\$ 50,00 para o barril de petróleo e daí segue a consequência para o Brasil e demais países dependentes deste produto em sua matriz energética.

No campo interno temos também a reestruturação da casa no Governo Federal. Inevitavelmente o resultado das eleições municipais indica que haverá mudanças, não só na composição como também na gestão - leia-se mais agilidade e liberação de recursos para a base (não tão!) aliada. Do ponto de vista puramente econômico, espera-se finalmente maior agilidade na execução das propostas de governo - esta tem sido uma das maiores reclamações do setor empresarial - e, ao mesmo tempo, que a agilidade para a liberação de recursos para emendas legislativas não seja puramente fisiológica, vindo a comprometer as contas públicas.

Além deste assunto, objeto de análise dos nossos articulistas Túlio Marques Jr. (nosso correspondente de Brasília), André Carraro e Fábio Mayrinck, temos nesta edição a incorporação de Sabino da Silva Porto Júnior, Dr. em Economia, ex-professor da Unisc e atualmente no Programa de Pós-graduação em Economia da UFRGS, com uma primeira contribuição para o debate a respeito do caráter do crescimento econômico, se inclusivo e favorável às camadas mais pobres da população ou não.

Nossa análise de conjuntura inicia com o já tradicional levantamento de preços em Santa Cruz do Sul e, sempre desejando uma boa leitura, esperamos as críticas e sugestões para nosso endereço eletrônico.

....:SUMÁRIO

- ◆ CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM SANTA CRUZ DO SUL 03 DE NOVEMBRO DE 2004.
- ◆ CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 03 DE NOVEMBRO DE 2004.
- ◆ O PAÍS NAS URNAS.
- ◆ CRESCIMENTO PRÓ-POBRE E A QUALIDADE DO CRESCIMENTO

**CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM
SANTA CRUZ DO SUL, 03 DE NOVEMBRO DE 2004.**

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

A variação do custo do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em Santa Cruz do Sul foi de – 1,24 % no período de 1º de outubro a 03 de novembro de 2004, passando de R\$ 441,54 para R\$ 436,07.

Por grupo de despesa, os produtos de Higiene Pessoal apresentaram elevação da ordem de 0,06 %, a Alimentação no Domicílio reduziu em 1,32 % e os produtos de Limpeza Doméstica aumentaram em 0,02 %.

Dos 60 produtos pesquisados, 26 tiveram elevação de preço neste período, 30 reduziram o preço e 04 permaneceram estáveis. As maiores contribuições para a redução do custo do Cesto Básico foram da Batata Inglesa (contribuição de – 0,60 %) e do Pão Francês (contribuição de – 0,39 %). Os produtos que mais contribuíram para segurar a redução do custo do Cesto Básico foram a Carne Bovina (contribuição de 1,02 %) e o Fermento (contribuição de 0,19 %). Neste levantamento a Carne Bovina reverteu a tendência de redução do preço que vinha ocorrendo desde o levantamento do mês de agosto, quando havia sido o produto que mais contribuiu para segurar a elevação do custo do Cesto Básico.

Com esta redução de outubro, o custo do Cesto de Produtos Básicos acumula uma alta de 0,60 % no ano de 2004 e de 4,15 % nos últimos doze meses.

Os produtos utilizados para composição do Cesto Básico referem-se a um conjunto de produtos mais consumidos, obtidos a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UNISC junto à famílias com renda familiar inferior a 10 salários mínimos em Santa Cruz do Sul.

**[Veja o resultado do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em
Santa Cruz do Sul em 03 DE NOVEMBRO DE 2004.](#)**

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE

CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	3 de Nov de 04		1 de Dez de 04		VAR. %	CONTRIBUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
Grupo: Higiene Pessoal								
01. Absorventes	pct/10	0,72	1,8992	1,3674	1,8492	1,3314	-2,6327	-0,0083
02. Desodorante	90 ml	1,35	2,4654	3,3283	2,4333	3,2850	-1,3001	-0,0099
03. Lam. Barbear	unid	2,08	0,9142	1,9015	0,9125	1,8980	-0,1823	-0,0008
04. Papel Higiênico	rolo	7,74	0,5227	4,0458	0,5217	4,0377	-0,1993	-0,0018
05. Pasta Dental	90 g	1,44	1,7945	2,5841	1,7155	2,4703	-4,4073	-0,0261
06. Sabonete	90 g	4,24	0,7760	3,2902	0,6810	2,8874	-12,2423	-0,0924
07. Shampoo	500 ml	0,73	4,8378	3,5316	4,8175	3,5168	-0,4192	-0,0034
Total / variação grupo:				20,0489		19,4266	-0,1427	
Grupo: Alimentação no Domicílio								
01. Aipim	kg	2,58	1,0167	2,6230	0,8800	2,2704	-13,4426	-0,0809
02. Alface	pé	3,66	0,4567	1,6714	0,5200	1,9032	13,8686	0,0532
03. Arroz	2 kg	4,79	3,8625	18,5014	3,7275	17,8547	-3,4951	-0,1483
04. Açúcar	2 kg	4,1	2,2940	9,4054	2,3350	9,5735	1,7873	0,0385
05. Banana	kg	3,19	1,4367	4,5830	1,4860	4,7403	3,4339	0,0361
06. Banha	kg	1,62	4,5067	7,3008	4,6025	7,4561	2,1265	0,0356
07. Batata Doce	kg	1,37	1,3425	1,8392	1,4150	1,9386	5,4004	0,0228
08. Batata Inglesa	kg	7,53	1,4514	10,9293	1,2286	9,2511	-15,3543	-0,3848
09. Beterraba	kg	1,53	1,0675	1,6333	1,3125	2,0081	22,9508	0,0860
10. Biscoitos	500 g	2,22	2,1283	4,7249	2,1236	4,7145	-0,2207	-0,0024
11. Café Moído	500 g	1,08	4,3525	4,7007	4,3743	4,7242	0,5005	0,0054
12. Carne Bovina	kg	8,53	5,3809	45,8992	5,3075	45,2730	-1,3643	-0,1436
13. Carne Frango	kg	5,96	3,2067	19,1117	3,1767	18,9329	-0,9356	-0,0410
14. Carne Suína	kg	1,98	9,8238	19,4510	9,9129	19,6275	0,9071	0,0405
15. Cebola	kg	2,33	1,1733	2,7339	0,8850	2,0621	-24,5739	-0,1541
16. Cenoura	kg	1,73	1,4125	2,4436	1,1400	1,9722	-19,2920	-0,1081
17. Cerveja	grf	4,29	1,4880	6,3835	1,4753	6,3292	-0,8513	-0,0125
18. Cigarros	maço	15,26	2,3000	35,0980	2,3000	35,0980	0,0000	0,0000
19. Erva Mate	kg	2,55	2,7983	7,1358	2,6280	6,7014	-6,0870	-0,0996
20. Ext. Tomate	370 g	1,21	1,8440	2,2312	1,7550	2,1236	-4,8265	-0,0247
21. Far. Mandioca	kg	0,34	3,4014	1,1565	3,5857	1,2191	5,4179	0,0144
22. Farinha Trigo	kg	7,89	1,3822	10,9057	1,3633	10,7567	-1,3666	-0,0342
23. Feijão Preto	kg	3,53	2,1750	7,6778	2,1925	7,7395	0,8046	0,0142
24. Fermento	100 g	2,94	3,9525	11,6204	3,8150	11,2161	-3,4788	-0,0927
25. Fósforos	pct/10	0,88	1,8830	1,6570	1,8830	1,6570	0,0000	0,0000
26. Gás de Bujão	13 kg	0,96	33,0000	31,6800	33,0000	31,6800	0,0000	0,0000
27. Laranja	dz	2,87	1,1585	3,3250	1,0730	3,0796	-7,3801	-0,0563
28. Leite Natural	l	22,8	1,2892	29,3930	1,2783	29,1460	-0,8403	-0,0566
29. Lingüiça	kg	0,68	12,9950	8,8366	13,8950	9,4486	6,9257	0,1403
30. Maizena	500 g	0,51	2,7640	1,4096	2,7917	1,4238	1,0010	0,0032
31. Margarina	250 g	3,66	1,2575	4,6025	1,3013	4,7626	3,4791	0,0367
32. Massas	500 g	2,83	1,9122	5,4116	1,8633	5,2732	-2,5567	-0,0317
33. Maçã	unid	3,7	0,5188	1,9194	0,6053	2,2396	16,6834	0,0734
34. Nata	kg	0,48	4,4350	2,1288	4,8375	2,3220	9,0755	0,0443
35. Nescäu	500 g	0,8	3,6700	2,9360	3,6550	2,9240	-0,4087	-0,0028
36. Ovos	dz	3,84	1,9217	7,3792	1,8680	7,1731	-2,7927	-0,0473
37. Pipocas	500 g	0,76	2,0529	1,5602	2,0871	1,5862	1,6701	0,0060
38. Pão Francês	500 g	10,67	2,1600	23,0472	2,2550	24,0609	4,3981	0,2324
39. Refrigerante	l	6,55	0,9017	5,9059	0,9223	6,0409	2,2853	0,0310
40. Repolho	kg	2,03	0,4900	0,9947	0,5150	1,0455	5,1020	0,0116
41. Sagú	500 g	0,49	2,3240	1,1388	2,4275	1,1895	4,4535	0,0116
42. Sal	kg	1,75	0,7006	1,2260	0,7229	1,2650	3,1811	0,0089
43. Tomate	kg	2,29	2,8040	6,4212	2,2275	5,1010	-20,5599	-0,3027
44. Vinagre	grf	1,39	1,0067	1,3993	0,9983	1,3877	-0,8278	-0,0027
45. Óleo de Soja	900 ml	3,15	2,8658	9,0274	2,8538	8,9896	-0,4183	-0,0087
Total / variação grupo:				391,1598		387,2816	-0,8893	
Grupo: Limpeza Doméstica								
01. Alvejantes	l	0,67	1,3950	0,9347	1,3383	0,8967	-4,0621	-0,0087
02. Bombril	pct/8	1,52	1,0014	1,5222	1,0050	1,5276	0,3566	0,0012
03. Cera Assoalho	450 g	0,78	8,0963	6,3151	8,1825	6,3824	1,0653	0,0154
04. Det./Desinfet.	500 ml	1,9	1,5008	2,8516	1,4054	2,6702	-6,3597	-0,0416
05. Esfregão Aço	unid	0,52	0,5950	0,3094	0,5700	0,2964	-4,2017	-0,0030
06. Sabão Barra	500 g	4,05	1,1886	4,8137	1,2628	5,1145	6,2480	0,0690
07. Sabão em Pó	800 g	1,08	5,8167	6,2820	5,7700	6,2316	-0,8023	-0,0116
08. Vassoura palha	unid	0,23	7,9800	1,8354	7,1150	1,6365	-10,8396	-0,0456
Total / variação grupo:				24,8640		24,7558	-0,0248	
CUSTO TOTAL				436,0726		431,4640	-1,0568	
VARIAÇÃO							-1,0568	

CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 03 DE NOVEMBRO DE 2004

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

A variação do custo da Cesta Básica Nacional em Santa Cruz do Sul foi de – 3,68 % no período de 1º de outubro a 03 de novembro de 2004, passando de R\$ 137,51 para R\$ 132,45.

Dos 13 produtos pesquisados, 08 tiveram redução de preço neste período e 05 apresentaram elevação. As maiores contribuições para esta redução do custo da Cesta Básica Nacional foram do Tomate (contribuição de – 3,85 %) e da Batata Inglesa (com contribuição de – 1,55 %). Revertendo a tendência verificada nos levantamentos anteriores – desde agosto – a Carne Bovina foi o produto com a maior contribuição para frear a redução do custo da Cesta (contribuição de 2,55 %).

Com a redução verificada no mês de outubro, agora a Cesta Básica Nacional apresenta uma alta de 2,36 % em Santa Cruz do Sul no ano de 2004 e, comparando-se com o custo vigente em 31 de outubro de 2003, o aumento da Cesta Básica Nacional já alcançou 10,49 %. Para a aquisição do conjunto de 13 produtos da Cesta Básica Nacional, um trabalhador de Santa Cruz do Sul que receba um salário mínimo mensal precisa trabalhar 112,08 horas de sua jornada mensal.

Conforme o levantamento do DIEESE para o mês de outubro de 2004, Porto Alegre mesmo com uma redução de 1,40 %, continuou com o maior custo da Cesta Básica no Brasil, com um custo total de R\$ 179,82 e um acumulado de 6,34 % em 2004 e de 8,57 % nos últimos doze meses. Em Porto Alegre a jornada para adquirir estes 13 produtos alcança 127,75 horas.

Da mesma forma, a partir dos gastos com alimentação é possível estimar-se o salário mínimo necessário para o atendimento das necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Seguindo a mesma metodologia utilizada pelo DIEESE, o valor para o mês de outubro de 2004 em Santa Cruz do Sul alcançou R\$ 1.104,41 para uma família composta por dois adultos e duas crianças.

A Cesta Básica Nacional relaciona um conjunto de alimentos que seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador adulto ao longo de um mês, tomando como base o Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que regulamenta a Lei n.º 185 de 14 de janeiro de 1936 – da instituição do Salário Mínimo no Brasil. Este Decreto estabelece que o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

**Veja o resultado do custo da Cesta Básica Nacional em
Santa Cruz do Sul, em 03 DE NOVEMBRO DE 2004.**

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE
CUSTO DA CESTA BÁSICA NACIONAL

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	1 de Out de 04		3 de Nov de 04		VAR. %	CONTRI- BUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
01. Arroz	2 kg	1,5	3,9538	5,9306	3,8625	5,7938	-2,3079	-0,0995
02. Açúcar	2 kg	1,5	2,1240	3,1860	2,2940	3,4410	8,0038	0,1854
03. Banana	kg	6,3	1,5443	9,7290	1,4367	9,0510	-6,9689	-0,4930
04. Banha	kg	0,9	4,5567	4,1010	4,5067	4,0560	-1,0973	-0,0327
05. Batata Inglesa	kg	6	1,8083	10,8500	1,4514	8,7086	-19,7367	-1,5572
06. Café Moído	500 g	1,2	4,2020	5,0424	4,3525	5,2230	3,5816	0,1313
07. Carne Bovina	kg	6,6	4,8491	32,0040	5,3809	35,5140	10,9674	2,5524
08. Farinha Trigo	kg	1,5	1,4838	2,2258	1,3822	2,0733	-6,8487	-0,1108
09. Feijão Preto	kg	4,5	2,0933	9,4200	2,1750	9,7875	3,9013	0,2672
11. Leite Natural	l	7,5	1,2775	9,5813	1,2892	9,6688	0,9132	0,0636
10. Margarina	kg	0,75	1,2858	0,9644	1,2575	0,9431	-2,2035	-0,0155
12. Pão Francês	500 g	6	2,3250	13,9500	2,1600	12,9600	-7,0968	-0,7199
13. Tomate	kg	9	3,3925	30,5325	2,8040	25,2360	-17,3471	-3,8515
CUSTO TOTAL				137,5169		132,4560		-3,6802
VARIAÇÃO						-3,6802		

O PAÍS NAS URNAS.

André Carraro acarraro@unisc.br

Novamente o país foi às urnas. Em todo o território brasileiro milhões de eleitores tiveram a oportunidade de mostrar o seu grau de satisfação com o executivo municipal. Em algumas cidades prefeitos foram reeleitos, em outras o executivo manteve-se no poder por mais quatro anos e em outras tantas não. Esse é o espírito da democracia. Apesar deste não ser o tema principal deste texto, não podemos deixar de mencionar que o debate eleitoral e a disputa de poder, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, foram os temas predominantes no mês de outubro.

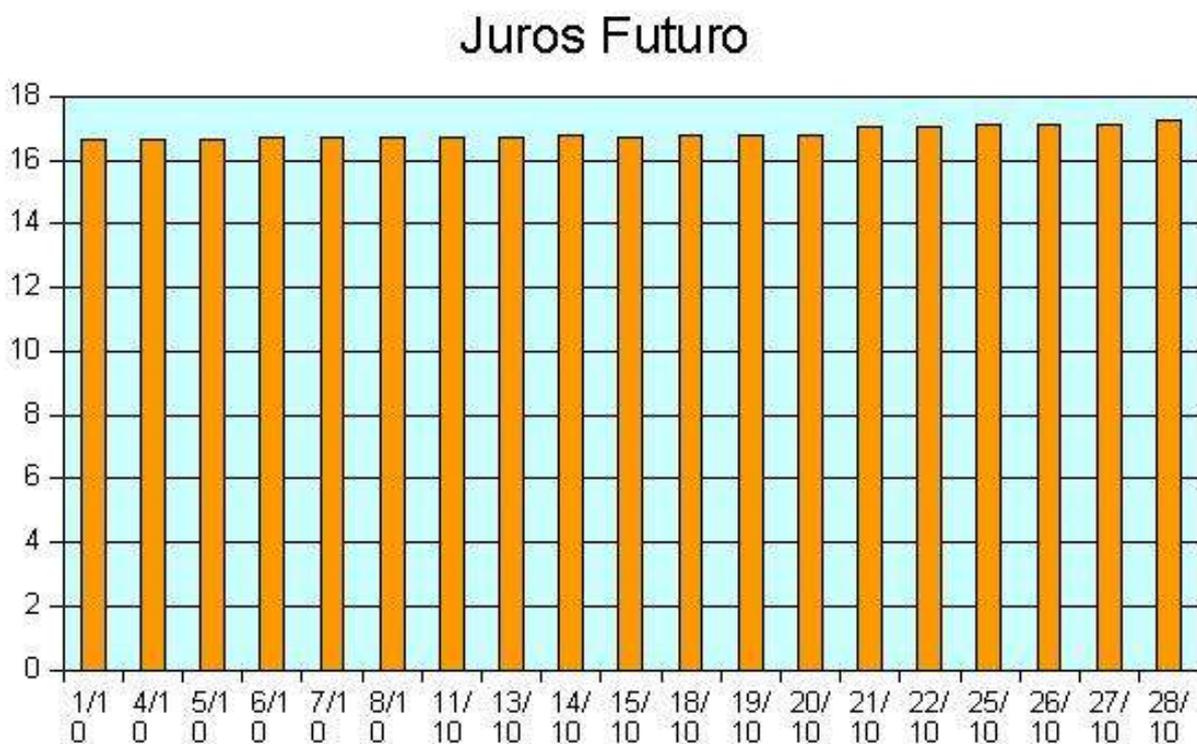
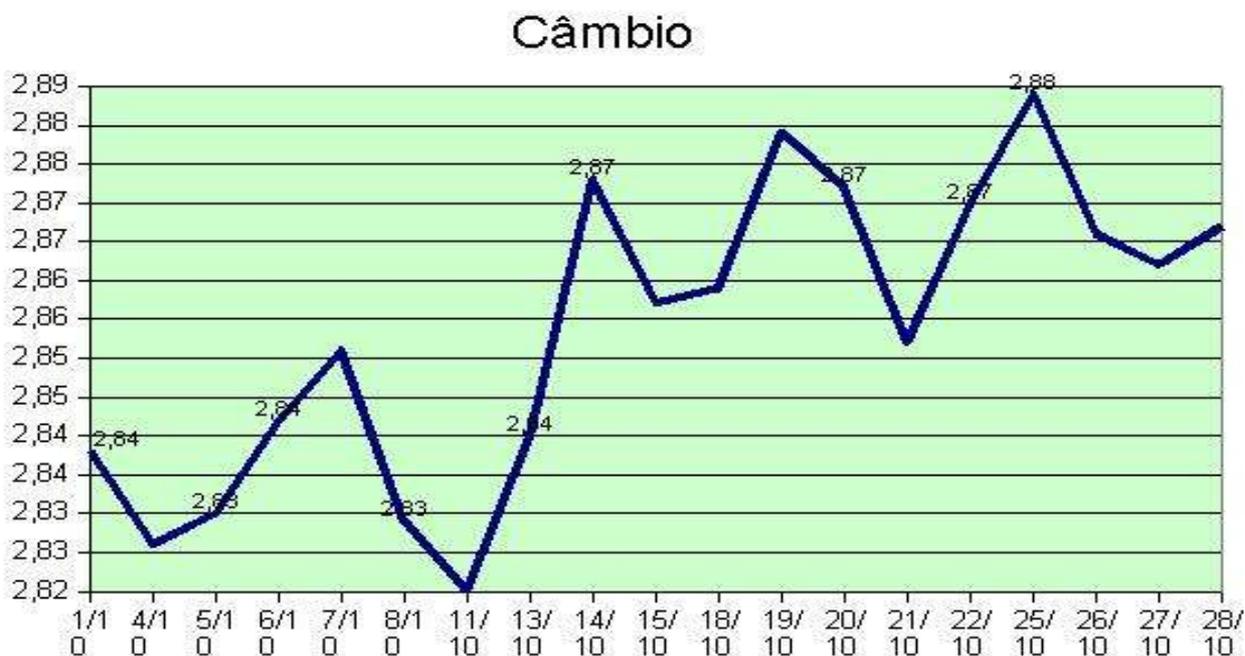
Para a economia brasileira a grande notícia deste mês veio no dia 20. Ao final da reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) surgiu a notícia da elevação da taxa básica de juros em 0,50 ponto percentual, passando dos antigos 16,25% para 16,75%. Essa medida deve ser analisada em, pelo menos, dois aspectos. O primeiro sobre os motivos econômicos existentes para que o COPOM abandonasse a estratégia de aumento gradual e lento na taxa de juros. O segundo aspecto é sobre a passividade com que o governo federal aceitou este aumento nas vésperas do segundo turno das eleições municipais.

Vejamos, neste mês, o primeiro. Lendo a Ata n.º 101 do COPOM está claro que o Comitê não espera uma redução no médio prazo do preço internacional do petróleo. Além disso, parece existir uma convicção de que a Petrobrás apenas postergou o reajuste interno dos preços dos combustíveis para alguma data após o término das eleições. Como ela não fez o ajuste de preços e estando o mercado internacional sinalizando que o custo de U\$ 50,00 por barril de petróleo pode se tornar o nível de preço básico para o petróleo e não mais o seu teto máximo, o Comitê do Banco Central está apostando em uma elevação nos preços originada pelo aumento nos custos de produção. Teríamos, então, um choque externo (elevado preço do petróleo) provocando uma inflação de custos. Bem, para aqueles que gostam de Economia e acham que história é para historiador, então, leiam os livros escritos no início dos anos 80 sobre a crise do petróleo dos anos 70. Originada pelas equivocadas políticas econômicas tomadas durante a crise do petróleo dos anos 70, tivemos a herança de uma década perdida no combate à inflação.

Aliás, a ata do COPOM do mês de outubro faz uma importante ressalva. A política da Petrobrás de adiar o ajuste nos preços dos combustíveis pode, ao mesmo tempo, reduzir a eficácia do aumento da taxa de juros e postergar para 2005 um “choque inflacionário de magnitude incerta”. Este impacto, que obrigaria o COPOM a elevar novamente a taxa básica de juros já foi antecipado pelo mercado financeiro, que está apostando em uma [taxa de juros](#) futura em 17,25% para o início de 2005. Isso envolveria dizer que o mercado está apostando em uma nova elevação na próxima reunião do Comitê.

Por outro lado, os sucessivos superávits comerciais estão garantindo a manutenção da taxa de câmbio em torno de R\$ 2,86, reduzindo a possibilidade de algum risco de elevação

abrupta do [câmbio](#). Esta relativa tranqüilidade nas contas externa do país está sustentando uma análise de estabilidade do [Risco Brasil](#) na casa dos 400 pontos. Agora é esperar para ver o país pós-eleição.



Risco País



CRESCIMENTO PRÓ-POBRE E A QUALIDADE DO CRESCIMENTO

Sabino da Silva Porto Junior sabino@ppge1.ppge.ufrgs.br

O debate recente sobre crescimento no Brasil está fora do foco correto. Ainda estamos em busca do “espetáculo do crescimento” como sendo aquele que alcança taxas de crescimento significativamente elevadas e não como um debate acurado sobre a qualidade do crescimento. É um equívoco desconsiderar o impacto que um crescimento desordenado pode ter sobre a distribuição de renda e sobre a incidência de pobreza num determinado país ou região. É preciso, então, promover uma mudança de ênfase na análise do impacto do crescimento econômico, centrando-se sobre a análise do impacto do crescimento sobre a qualidade de vida dos indivíduos.

Não há uma definição única para o conceito de crescimento ‘pró-pobre’. Alguns o entendem como sendo aquele crescimento capaz de gerar significativa redução da pobreza, beneficiando os mais pobres¹, não só no sentido de aumentar a renda dos pobres, mas também e principalmente, de aumentar as suas possibilidades econômicas e de vida, permitindo a sua inclusão na economia. Apesar das dificuldades com a expressão “pro poor growth”, pode-se compreendê-lo como um tipo de crescimento que habilita os pobres a participarem da atividade econômica e ao mesmo tempo propicia aos pobres um aumento de renda mais que proporcional ao aumento obtido pelos mais ricos ou não-pobres. Assim, o crescimento econômico pró-pobre implica que os resultados do crescimento são preferencialmente favoráveis aos pobres.

A literatura empírica a esse respeito tenta avaliar as diversas experiências de crescimento em países ou regiões distintas tentando mensurar quanto do crescimento foi benéfico para o pobre e quanto foi concentrador de renda e bom para os ricos. O trabalho de Dollar e Kray (2001) defende que o crescimento é neutro do ponto de vista da distribuição de renda e que ele acaba beneficiando os pobres: mesmo que seja via “gotejamento” ao aumentar a renda dos ricos, o crescimento acaba gerando emprego e renda que alcança os pobres. Esse resultado, contudo, tem sido amplamente contestado, pois as evidências dão conta que algumas experiências são pró-pobres e outras não.

Olhando-se a realidade brasileira recente, detecta-se que a experiência de crescimento da década de 1990 foi, na maioria dos anos e dos Estados, pró-pobre com a renda média dos pobres (menor decil de renda) crescendo mais do que a renda média de todos os decis. O [gráfico](#) ilustra essa situação para o Estado do Rio Grande do Sul, que obteve na década de noventa uma curva descendente de crescimento da pobreza, indicando que os decis de menor renda obtiveram um crescimento da renda acima dos decis de maior renda.

Estabilidade institucional e políticas macroeconômicas consistentes com a preservação do poder de compra da moeda são políticas que beneficiam os mais pobres. Contudo, a pesquisa

sobre a qualidade das políticas públicas e a busca por políticas mais efetivas no combate à pobreza ainda está em fase embrionária. Pode-se, contudo, aprender bastante com as lições do passado recente e não repetir bolhas de crescimento que são não sustentáveis e que acabam beneficiando apenas os mais ricos na sociedade.

1 Uma referência para essas notas é o trabalho Ribeiro et al. Crescimento pró-pobre no Brasil – uma análise exploratória (Texto para Discussão da UFRGS, 2004).

